

Em nome da ordem: Neoconservadorismo e a bolsonarização do Brasil

Rômulo Júnior Cardoso Oliveira¹
Wesley Helker Felício Silva²

Resumo: O presente artigo busca analisar a ascensão do neoconservadorismo brasileiro que resultou na bolsonarização do país. Compreendemos que este trabalho pode contribuir com as análises deste fenômeno, considerado a “decadência ideológica da burguesia brasileira”. Com base em revisões bibliográficas e análise documental e ancorando no materialismo histórico-dialético, objetiva-se identificar elementos como o moralismo, o fundamentalismo religioso, o autoritarismo e o bolsonarismo que sustentaram o governo Bolsonaro. Nota-se que referidos aspectos operam para dismantelar os direitos sociais, acentuar exploração da força de trabalho e promover retrocessos políticos. Portanto, conclui-se que o bolsonarismo representa uma decadência ideológica que ameaça os princípios democráticos.

Palavras-chaves: Neoconservadorismo; Bolsonarismo; Crise Política.

Abstract: This article aims to analyze the rise of Brazilian neoconservatism that led to the “Bolsonarization” of the country. We understand that this work may contribute to the analysis of this phenomenon, regarded as the “ideological decline of the Brazilian bourgeoisie.” Based on bibliographic reviews and documentary analysis, and anchored in historical-dialectical materialism, the objective is to identify elements such as moralism, religious fundamentalism, authoritarianism, and Bolsonarism that supported the Bolsonaro government. It is noted that these aspects operate to dismantle social rights, intensify the exploitation of labor, and promote political setbacks. Therefore, it is concluded that Bolsonarism represents an ideological decline that threatens democratic principles.

Keywords: Neoconservatism; Bolsonarism; Political Crisis

1. Introdução:

Nas últimas décadas, o Brasil vivenciou diversas transformações políticas, sociais e econômicas, que colaboraram para emergir um novo arranjo ideológico marcado pelo avanço do neoconservadorismo. O fenômeno da “bolsonarização” se insere nesse contexto, como uma expressão de um projeto que articula valores morais tradicionais, fundamentalismo religioso, autoritarismo político e neoliberalismo econômico.

Apesar da ampla produção acadêmica voltada à análise da política brasileira, ainda é primordial a investigação que articula, de forma crítica e dialética, os fundamentos do

¹ Mestrando no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS), da Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), Bolsista FAPEMIG. E-mail: romulojroliveira@gmail.com

² Doutor em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professor do curso de Serviço Social da Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes. E-mail: wesleyfelicios@gmail.com

pensamento neoconservador e a conjuntura que permitiu o fortalecimento do bolsonarismo enquanto expressão ideológica.

A literatura sobre conservadorismo e neoconservadorismo tem avançado caracterizando essas correntes como expressões históricas que se reatualizam conforme os impasses do capitalismo. Autores como Escorsim Netto (2011), Barroco (2015) e Almeida (2018) identificam a permanência de valores tradicionais, a oposição à cultura moderna e a crítica ao Estado de bem-estar social como pilares centrais dessas ideologias.

No entanto, é fundamental atualizar esse debate à luz das particularidades do cenário brasileiro, marcado por retrocessos, avanço da militarização da vida social e da moral religiosa.

2. O caráter contrarrevolucionário do pensamento conservador e a defesa da ordem burguesa

Analisar a categoria teórica do conservadorismo requer um trabalho dialético rigoroso tendo em vista que torna-se essencial debruçar-se sobre as suas características, contexto histórico, relações e transformações sociopolíticas.

Escorsim Netto (2011) define o pensamento conservador como uma expressão cultural complexa, arraigada em períodos históricos específicos que demarcam as configurações da sociedade burguesa. Trata-se de um momento composto por múltiplas determinações e relações, caracterizado por tensões e conflitos nas esferas e instâncias sociais.

Diante disso, pode ser compreendido como uma forma de pensar, de conhecer e experimentar o mundo. Enquanto o modo de vida capitalista representa um pensamento moderno, o conservadorismo expressa-se como uma forma pré-capitalista, preservando-se entre camadas sociais alheias ao processo de racionalização promovido pelo capital (Iamamoto, 2008).

A partir Revolução Industrial, a burguesia conquista sua hegemonia econômica e social ainda dentro da sociedade feudal em decadência. Nesse Processo, a cultura da modernidade torna-se o elo dessa nova hegemonia construída, marcada por características como a secularização, a desmistificação do mundo, a valorização da experiência controlável e universalizante, o racionalismo, a autonomia individual, o humanismo e o historicismo.

Com a consolidação da revolução e a crise do feudalismo, nota-se o surgimento da formação da sociedade burguesa e do referido pensamento, situada entre os séculos XVI e XVII no Ocidente (Escorsim Netto, 2011). A princípio, o conservadorismo apresenta um viés restaurador e anti-burguês, expressando os interesses dos setores privilegiados do antigo regime – nobreza fundiária e do alto clero – e propondo um projeto de restauração.

Contudo, entre 1830 e 1848, ocorre uma refuncionalização deste projeto, passando a buscar a neutralização de princípios da cultura moderna. Assim, “de instrumento ideal de luta antiburguesa, converte-se em subsidiário da defesa burguesa contra o novo protagonista revolucionário, o proletariado” (Escorsim Netto, 2011, p. 49).

Nesse contexto, a ideologia conservadora explorou categorias típicas do racionalismo capitalista, reinterpretando formas dominantes vivenciadas historicamente e legitimando-as como modelos válidos para a sociedade contemporânea. Essa reinterpretação contribui para o agravamento das contradições do capitalismo, uma vez que promove análises parciais e funcionalistas, ocultando as desigualdades sociais presentes.

Os valores clássicos do pensamento, originados no século XIX, permanecem inalterados. Essa perspectiva sustenta que o novo não deve ser construído, e que a formulação de novos governos deve se basear em exemplos análogos ao passado, legitimados pela tradição e pela autoridade. Tentativas de inovações são consideradas nulas, uma vez que “só são legítimas a autoridade e a liberdade fundadas na tradição” (Escorsim Netto, 2011, p. 60).

Essa concepção relaciona-se à noção de liberdade, entendida por Escorsim Netto (2011) como algo que deve ser restrita, subordinada aos interesses da burguesia. A liberdade, nesse ponto de vista, não constitui um direito inerente à pessoa humana, nem pode ser exercida coletivamente, pois para ser livre é imprescindível que o indivíduo seja dotado de uma moral incorruptível.

A democracia, por sua vez, é compreendida como um perigo e sinônimo de destruição social, visto que possibilita à maioria oprimir a minoria. A tomada de consciência da classe trabalhadora, é considerada perigosa, pois poderia desestabilizar a hierarquia social vigente. Nesse cenário, utilizam a dominação e a alienação como instrumentos fundamentais para impedir que os trabalhadores reconheçam seu papel histórico (Escorsim Netto, 2011).

Corroborando com essa visão, Yamamoto (2008) afirma que o conservadorismo possui inclinações voltadas para o passado, utilizando-o como base interpretativa. No presente, busca reconstruir experiências conservadoras pretéritas para reimplementá-las na contemporaneidade.

No modelo almejado pela ideologia conservadora, a sociedade é organizada a partir de entidades que se articulam com o modelo ideal de família e de corporações. As relações sociais são concebidas como sociáveis e morais da lógica burguesa, enquanto os elementos sagrados irracionais são valorizados em detrimento da razão.

Ademais, a doutrina conservadora desconsidera as particularidades dos indivíduos, ao pressupor que a desigualdade deve ser preservada e a liberdade, subjetivada, pois nem todos os indivíduos são aptos a exercê-la. A ordem social, nessa perspectiva, deve submeter-se aos princípios conservadores, como a hierarquia, a disciplina e a moral tradicional. Por conseguinte, os ideais modernos, igualitários e democratizantes são rejeitados, sendo substituídos por uma vertente contratualista e jusnaturalista centrada na família, compreendida como fundamento moral da sociedade.

2.1 Neoconservadorismo e a decadência da razão

O neoconservadorismo manifesta-se como uma resposta às transformações socioeconômicas do início do século XX, estruturando-se como uma reação ao Estado de bem-estar-social. Em sua essência, combina elementos arcaicos e contemporâneos, fundamentando-se em valores historicamente preservados por tradições e costumes. Dessa forma, configura-se como um modelo conservador atualizado, moldado às exigências da burguesia atual.

Segundo Moll (2010), a disseminação do neoconservadorismo é potencializada a partir da década de 1970, em decorrência da crise econômica daquele período, pela alta mobilização conservadora dos grandes empresários e pela ascensão da nova direita religiosa. A junção desses fatores contribuiu para a consolidação das bases do neoconservadorismo, marcado pelo resgate do tradicionalismo, libertarismo moral, e pela oposição ao Estado de Bem-estar Social e aos movimentos sociais. Nesse contexto, defende-se que o Estado não deve intervir na vida privada nem restringir a liberdade individual, sobretudo a econômica.

O ataque ao Estado de Bem-estar Social baseia-se na percepção de que as políticas sociais seriam responsáveis pelas crises econômicas, ao exigirem altos gastos públicos,

aumento de impostos e maior intervenção governamental, o que segundo essa perspectiva, resultaria em déficits e estagnação econômica.

Como alternativa, Moll (2010) observa que os neoconservadores propõem a restrição da disponibilidade do capital público, a promoção de corte de gastos estatais e a redução de impostos para a burguesia, a fim de incentivar a poupança e a criação de empregos.

No decorrer do processo de reificação inerente ao sistema capitalista, essas ideias passam a se difundirem por todas as esferas da vida social, associando-se ao irracionalismo e resultando na proliferação do pessimismo, do anti-humanismo, do individualismo, da desvalorização da verdade objetiva, naturalizando as consequências desse processo.

Destarte, Barroco (2015) argumenta que:

O neoconservadorismo apresenta-se, então, como forma dominante de apologia conservadora da ordem capitalista, combatendo o Estado social e os direitos sociais, almejando uma sociedade sem restrições ao mercado, reservando ao Estado a função coercitiva de reprimir violentamente todas as formas de contestação à ordem e aos costumes tradicionais (Barroco, 2015, p. 624-625).

O neoconservadorismo parte do princípio de que as desigualdades e diferenças, consideradas naturais, foram superadas com a consolidação da sociedade ocidental. Diante disso, sustenta que, na contemporaneidade, tais distinções não existem, o que teria gerado uma suposta degradação cultural incalculável. Nesse sentido, Almeida (2018, p. 28) afirma: “a pauta neoconservadora é basicamente a de restauração da autoridade da lei, e do restabelecimento da ordem e da implantação de um Estado mínimo que não embarace a liberdade individual e a livre iniciativa”.

Essa perspectiva busca legitimidade através da repressão à classe trabalhadora, da criminalização da pobreza e dos movimentos sociais, e da defesa da militarização no cotidiano. Os neoconservadores promovem, ainda, discursos e práticas que incitam a violência, a negação e a discriminação contra o “outro” – aquele que difere em: crença, raça, sexualidade e religião (Barroco, 2011).

Como inovação, associa a moral dita cristã-evangélica à defesa do armamento, propondo a religião como instrumento de integração social e o Código Penal como elemento de defesa da sociedade e do livre mercado. Segundo Sierra, Veloso e Zacarias (2020, p. 63) “oferece um novo modelo de vigilância e de controle social que remete ao patriarcado”.

Trata-se, portanto, de uma defesa intransigente do neoliberalismo, do militarismo, de valores religiosos e familiares ditos tradicionais. A moralidade é protagonista, pois serve de fundamento à sociabilidade e à política neoconservadora, justificando as crises sociais como consequências de uma moral degradada e de famílias imersas em valores disfuncionais.

As ideias associadas ao progresso social passam a se subordinar a um movimento de inversão, transformando-se em meios de ampliação da alienação humana. Diante disso, categorias originadas no pensamento burguês revolucionário, como o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética – que reconhecem o ser humano como sujeito histórico e coletivo – são abandonadas, por representarem fundamentos para a emancipação e o reconhecimento de classe (Coutinho, 2010).

Coutinho (2010) compreende esse cenário como expressão de uma “filosofia da decadência”, caracterizada por um pensamento imediato e superficial, que se agarra às aparências fetichizadas da realidade, recusando-se a elaborar categorias a partir de sua essência econômica. Assim, o pensamento da decadência serve ideologicamente à burguesia, pois rompe com categorias emancipatórias.

Em lugar do humanismo, surge ou um individualismo exacerbado que nega a sociabilidade do homem, ou a afirmação de que o homem é uma "coisa", ambas as posições levando a negação do momento (relativamente) criador da práxis humana; em lugar do historicismo, surge uma pseudo-historicidade subjetivista e abstrata, ou uma apologia da positividade, ambas transformando a história real (o processo de surgimento do novo) em algo "superficial" ou irracional; em lugar da razão dialética, que afirma a cognoscibilidade da essência contraditória do real, vemos o nascimento de um irracionalismo fundado na intuição arbitrária, ou um profundo agnosticismo decorrente da limitação da racionalidade às suas formas puramente intelectivas (Coutinho, 2010, p. 30-31).

Neste cenário, predominado por elementos religiosos, irracionais, conservadores e desprovidos de historicidade, a burguesia busca negar a razão como forma de manter sua hegemonia.

As conquistas advindas da modernidade para a classe trabalhadora representam, sob a ótica neoconservadora, ameaças aos interesses burgueses. Por isso, esses grupos rejeitam o racionalismo, promovendo o retorno a fundamentos ideológicos que sustentam sua dominação. Nesse sentido, Lukács (1981, p. 120) introduz a categoria “decadência ideológica”, definida como “essencialmente acrítica, não vai além da superfície dos

fenômenos, permanece na imediatividade e toma ao mesmo tempo migalhas contraditórias de pensamento, unidas pelo laço do ecletismo”.

Esta categoria revela que as respostas elaboradas pela burguesia diante das contradições do capitalismo são formas de mascarar a realidade, embasadas em discursos superficiais e idealizações que encobrem os conflitos estruturais.

Dessa forma, evidencia-se que a burguesia, ao enfrentar os impasses do capitalismo, recorre a artifícios para manter seus privilégios: submete as atividades materiais e intelectuais aos seus interesses, promove modificações nas esferas sociais e recorre a medidas racionalistas conformistas quanto a irracionalismos que apelam a instintos primitivos. Esses mecanismos evidenciam uma capitulação covarde diante das exigências do capital (Lukács, 1981).

3. “O ovo da serpente”: crise brasileira e o fenômeno da bolsonarização

Para compreender o surgimento da nova direita brasileira, faz-se necessário um breve retrospecto histórico que permita acompanhar as tramas desse processo. O governo Lula, do Partido dos Trabalhadores – PT, eleito em 2002 e reeleito em 2006, governando o país até 2010, adotou uma política marcada pela conciliação de classes. Sendo sucedido por Dilma Rousseff, também do PT, que buscou aprofundar as medidas econômicas dos governos Lula.

Embora tenha recebido o País com uma taxa de crescimento econômico em 7,5%, as medidas adotadas pela presidenta não foram suficientes para manter a taxa de crescimento econômico no Brasil. A redução dos juros, as desonerações, os subsídios via Tesouro Nacional e o aumento dos empréstimos dos bancos públicos aos setores privados resultaram em maior intervenção estatal, mas sem retorno proporcional. Assim, entre 2011 e 2013, o crescimento econômico caiu 11%, evidenciando o baixo desenvolvimento e perda nos termos de troca (Anderson, 2020; Pinto, 2015).

Nesse contexto, o aumento nas tarifas de transporte público em junho de 2013, especialmente em São Paulo e Rio de Janeiro, desencadeou uma onda de protestos generalizados, impulsionados pela insatisfação com a qualidade dos serviços públicos. Como resultado, a aprovação do governo caiu drasticamente, levando à retomada do aumento dos juros e à redução dos gastos públicos.

Segundo Singer (2018), as manifestações de junho de 2013 marcaram um ponto de inflexão no Brasil, ao reunir duas correntes sociais e ideológicas distintas: uma

esquerda conectada às inquietações da classe trabalhadora e uma classe média tradicional insatisfeita com o governo petista. O Movimento Passe Livre (MPL), com pautas de esquerda, logo deu lugar a grupos de direita como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem Pra Rua, que passaram a dominar as ruas com pautas conservadoras, antipetistas e nacionalistas. Nos termos do autor, “no lugar dos estudantes universitários e secundaristas, os profissionais do *Vem Pra Rua*. No lugar dos *Black Blocs* anarquistas, vestidos de preto, os Anony-mous com máscaras de Guy Fawkes e uma multidão trajando verde e amarelo” (Singer, 2018. p. 103).

A composição dos manifestantes passou a incluir uma “nova classe média” e trabalhadores que haviam ascendido socialmente durante os governos do PT, beneficiados pelo aumento do emprego e do crédito. Segundo Pinto (2019), tratava-se majoritariamente de jovens entre 14 e 29 anos, escolarizados, sem vínculos com partidos ou sindicatos, reivindicando melhores serviços públicos e protestando contra a corrupção.

Nesse contexto, movimentos tradicionais de esquerda, como o MST e a CUT, passaram a ser rechaçados, enquanto organizações de direita ganhavam espaço, sobretudo nas redes sociais. Essas manifestações, que inicialmente expressavam um descontentamento difuso, passaram a consolidar-se como um campo fértil para o crescimento da extrema-direita.

A partir daí emergem traços típicos da extrema-direita entre os manifestantes: o uso das cores nacionais como símbolo de patriotismo, a crítica à carga tributária e a crença de que a erradicação da corrupção solucionaria todos os males sociais. A bandeira nacional passa a ser utilizada como símbolo de um projeto político excludente, centrado em valores conservadores, anticomunistas e moralistas — o prenúncio do que viria a ser a bolsonarização do Brasil.

Outro fator que merece destaque no contexto da crise política brasileira é a Operação Lava Jato, deflagrada em meados de 2013, sob a condução do juiz Sérgio Moro e do procurador Deltan Dallagnol, com o objetivo inicial de desarticular organizações envolvidas com esquemas de lavagem de dinheiro. No entanto, segundo Singer (2018), os rumos da operação foram alterados a partir da interceptação de uma ligação telefônica do doleiro Alberto Youssef, em março de 2014, que revelou a “doação” de um automóvel de luxo — realizada entre 2004 e 2012 — ao ex-diretor de Abastecimento da Petrobras, Paulo Roberto Costa. A partir da prisão deste, teve início uma série de delações premiadas, entre elas a do próprio Costa, que detalhou o funcionamento de um amplo

esquema de corrupção na estatal, envolvendo, entre outros, membros do Partido dos Trabalhadores.

Segundo Anderson (2020), o auge dos escândalos da Operação Lava Jato ocorreu no primeiro trimestre de 2014, período em que prisões e acusações associaram o PT e a então presidente Dilma Rousseff à corrupção, justamente quando esta buscava a reeleição. A direita, em ascensão, adotou um discurso popular, frequentemente ofensivo, disseminando práticas como os painelaços, sobretudo em bairros de classe média. Como estratégia eleitoral, Dilma direcionou seu discurso à classe trabalhadora e aos movimentos sociais, populares e sindicais, propondo o rompimento com os setores burgueses e a continuidade de um modelo governamental voltado à inclusão social e ao aumento do emprego.

A reeleição foi conquistada em meio a uma disputa polarizada, que resultou na redução da base aliada no Congresso Nacional e o fortalecimento de representantes de perfil conservador. Após as eleições, o Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB) solicitou auditoria dos resultados das urnas eletrônicas ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), questionando a confiabilidade do processo. Embora o pedido tenha sido negado, o partido incentivou a insatisfação popular, culminando na primeira manifestação pró-*impeachment* em São Paulo, que também trouxe à tona os primeiros apelos por intervenção militar (Valle, 2019).

Em 2015, Dilma manteve-se no cargo de presidente, mas, conforme Singer (2018), a nova composição da Câmara dos Deputados acentuou o conservadorismo do Congresso, exigindo a formação de novas alianças. Nesse contexto, a presidente implementou severas medidas de ajuste fiscal, com cortes lineares que afetaram setores como saúde e educação, além da redução de direitos trabalhistas. Pinto (2015) aponta que tais medidas enfraqueceram ainda mais a base parlamentar do governo, inserindo o país em uma crise política e econômica simultânea.

No primeiro trimestre de 2015, a taxa de desemprego subiu de 4,3% para 6,5%, e o PIB recuou 3,6% em 2016. Dilma adotou as Medidas Provisórias nº 664 e nº 665, que restringiam o acesso a benefícios como seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença, ao mesmo tempo em que reduzia recursos para áreas essenciais. Guerra *et al.* (2017) observam que tais medidas impactaram diretamente os direitos sociais, provocando o afastamento de parte significativa de sua base eleitoral, sobretudo os segmentos mais pobres. A presidente foi acusada de estelionato eleitoral, e sua aprovação despencou de 42% para 12% entre dezembro de 2014 e junho de 2015.

Como resposta à crise, o presidente do Senado, Renan Calheiros, propôs a “Agenda Brasil”, plano que previa estímulos à infraestrutura, equilíbrio fiscal e reformas como a ampliação da idade mínima para aposentadoria e regulamentação do trabalho terceirizado. Contudo, no fim de agosto, Dilma enviou ao Congresso uma proposta orçamentária com déficit e anunciou a possível recriação da Comissão Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), argumentando que os serviços públicos essenciais deveriam ser financiados pelos mais ricos.

A proposta incluía dezesseis medidas de contenção, como a redução de ministérios, a limitação de salários no funcionalismo público e cortes no programa “Minha Casa, Minha Vida”. A proposta, no entanto, desagradou tanto o empresariado — com destaque para Fiesp, CNI e FecomercioSP — quanto setores da esquerda, representados por lideranças como Guilherme Boulos (MTST) e Carina Vitral (UNE). Segundo Singer (2018), esse contexto favoreceu o fortalecimento das campanhas antipetistas, como o movimento “Não vou pagar o pato”, cuja imagem se tornou símbolo da ruptura democrática de 2016.

A partir do segundo semestre de 2015, Dilma buscou reaproximar-se de Lula e do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), promovendo uma reforma ministerial que ampliou a participação desse partido no governo. Foram também incluídos representantes do PP, PTB e PSD. No entanto, apesar do esforço de recomposição da base, o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou as contas do governo referentes a 2014. Juridicamente, essa decisão foi considerada base suficiente para a instauração do processo de *impeachment*.

A oposição baseou-se em dois principais argumentos: o saldo negativo de contas da União em bancos públicos e a edição de decretos de créditos suplementares sem autorização legislativa. A auditoria do TCU, iniciada em setembro de 2014, concluiu que houve violação à Lei de Responsabilidade Fiscal, que proíbe o uso de recursos de bancos públicos para cobrir déficits do governo (Singer, 2018).

Em dezembro de 2015, tem-se a solicitação de *impeachment* na Câmara dos Deputados, sob o seguinte argumento:

A justificativa para o pedido de *impeachment*, processo que de acordo com a Constituição Federal requer provas de que o mandatário cometeu crime de responsabilidade, traz em si a acusação de que a presidenta da República desrespeitou a Lei de Responsabilidade Fiscal e as atribuições do Executivo, ao atrasar o repasse de recursos para bancos públicos e utilizar tal verba no Orçamento sem autorização do

Congresso Nacional, acusação que foi mera desculpa para o golpe que se arquitetava (Guerra, *et al.* 2017. p. 128).

Dias após a aceitação do pedido, Michel Temer rompeu oficialmente com Dilma por meio de carta, alegando marginalização e perda de confiança por parte da presidente. Em seguida, aproximou-se da oposição com vistas à formação de um novo governo.

No âmbito processual, o Supremo Tribunal Federal (STF) determinou que a comissão do *impeachment* fosse composta por chapa única, indicada pelas lideranças partidárias, com votação aberta. Após a aprovação na Câmara, Dilma teve prazo para defesa, e, superadas as etapas regimentais, o processo foi enviado ao Senado. Em 17 de abril de 2016, a Câmara aprovou o *impeachment* por 367 votos a favor e 137 contrários. No Senado, o relatório foi aprovado em 6 de maio e, no dia 11, foi aberta a sessão que determinou o afastamento da presidente por até 180 dias, com 55 votos favoráveis e 22 contrários (Guerra *et al.*, 2017).

Neste contexto, a presidente Dilma Rousseff declarou à imprensa que a oposição não aceitara sua reeleição e, desde então, vinha conspirando para a concretização de um golpe. Reiterou a inexistência de crime de responsabilidade, afirmou não compactuar com a corrupção e defendeu que os atos administrativos utilizados como justificativa para a abertura do processo de *impeachment* seguiam as normas estabelecidas para suplementação orçamentária, sendo práticas comuns na gestão pública (Rousseff, 2016).

Enquanto isso, a Operação Lava Jato intensificou sua atuação em estreita colaboração com os meios de comunicação, os quais passaram a produzir conteúdo direcionados a enfraquecer o governo Dilma e o Partido dos Trabalhadores (PT). A imprensa veiculava capas com manchetes sensacionalistas, reportagens em horário nobre baseadas em acusações infundadas e informações obtidas de forma ilegal. Além disso, a Lava Jato passou a alimentar os protestos, cujo número de participantes crescia progressivamente. Segundo Guerra *et al.* (2017), a maioria dos manifestantes era composta por homens brancos, de classe média, com renda superior a cinco salários-mínimos. A operação transformou-se em um espetáculo midiático, transmitido incessantemente, com significativa influência sobre os movimentos de rua.

Nesse contexto, ocorreu a 24ª fase da Operação Lava Jato, em que Lula foi conduzido coercitivamente para depor no Aeroporto de Congonhas, em São Paulo — procedimento normalmente adotado apenas quando há recusa prévia ao comparecimento, o que não se aplicava ao caso. Segundo Singer (2018), após as acusações contra Lula, o

empresariado, temendo os impactos da Lava Jato, passou a apoiar o *impeachment* sob o argumento de que a permanência de Dilma representaria a ruína econômica do país.

Em 31 de agosto de 2016, o Senado aprovou a destituição da presidenta Dilma Rousseff (61 votos favoráveis e 20 contrários), sem, contudo, cassar seus direitos políticos, permitindo sua permanência na vida pública (Guerra *et al.*, 2017). No mesmo dia, Temer anunciou a composição de seu novo ministério, formado exclusivamente por homens brancos, sem qualquer representação feminina, negra ou de outros grupos historicamente marginalizados.

O novo governo iniciou sua gestão com a Medida Provisória nº 726, promovendo uma reforma ministerial que extinguiu ou aglutinou pastas como os Ministérios da Previdência, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia, e a Controladoria-Geral da União. As Secretarias de Direitos Humanos, da Mulher e da Igualdade Racial também foram reestruturadas. A justificativa apresentada para tais mudanças foi a contenção de gastos públicos (Guerra *et al.*, 2017).

O golpe parlamentar de 2016 repercutiu de forma desigual entre as classes sociais: para a classe trabalhadora, representou a perda de direitos historicamente conquistados; para a burguesia, uma oportunidade de consolidação de uma agenda neoliberal e conservadora, ampliando seus interesses em detrimento das garantias sociais. Nesse contexto, Temer apresentou o programa “Projeto Crescer” e implementou um pacote de contrarreformas³ denominado “Uma Ponte para o Futuro”, voltado para a reestruturação do Estado segundo os preceitos neoliberais.

Entre as medidas adotadas, destacam-se: a criação do Programa de Parcerias e Investimentos (PPI), a Lei de Responsabilidade das Estatais, novos modelos de gestão para empresas públicas, a devolução de ativos do BNDES ao Tesouro Nacional, e o programa de reestruturação do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Para Guerra *et al.* (2017), essas ações não visaram a recuperação econômica, mas sim o enfraquecimento do Estado e a promoção de interesses privados.

Entre as principais medidas adotadas, destaca-se a Emenda Constitucional (EC) nº 95/2016, que estabeleceu o congelamento dos investimentos públicos por vinte anos nas áreas de educação, saúde e seguridade social. Embora apresentada como estratégia

³ Entende-se por contrarreforma as alterações de caráter regressivo em políticas sociais que dificultam o acesso aos programas e direitos sociais, sob o argumento de correção de um déficit nos cofres do Estado e em decorrência da alteração nos padrões demográficos de envelhecimento da população. São retrocessivas para a classe trabalhadora e para as políticas sociais uma vez que são desenvolvidas sob uma perspectiva neoliberal (Behring; Boschetti, 2003).

para o crescimento econômico, a EC 95, segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (2017), representou uma política de austeridade que penalizou os setores mais vulneráveis da população, restringindo o acesso a direitos básicos e inviabilizando o funcionamento de serviços públicos essenciais.

Na área da educação, os cortes orçamentários afetaram diretamente programas fundamentais como o FIES, PROUNI, Pronatec e o Ciência Sem Fronteiras. Houve também a redução de bolsas de mestrado e doutorado ofertadas pela CAPES e pelo CNPq. Além disso, foi aprovada a MP nº 746/2016, que alterou a estrutura do Ensino Médio, modificando a grade curricular, revogando disciplinas obrigatórias e instituindo matérias voltadas à formação técnica, além de permitir a contratação de professores sem concurso público (CNTE, 2017).

No campo da Previdência Social, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 287/2016 trouxe mudanças significativas, como o aumento da idade mínima e do tempo de contribuição para aposentadoria, a fixação da pensão por morte em 50% da remuneração — com possibilidade de redução para meio salário-mínimo — e a desvinculação de benefícios sociais do salário-mínimo. A proposta também visava extinguir a aposentadoria especial do magistério (CNTE, 2017).

As pautas relativas aos Direitos Humanos, Igualdade Racial e de Gênero foram transferidas para o Ministério da Justiça, resultando na desestruturação das políticas voltadas a esses temas. No âmbito da Assistência Social, o governo Temer promoveu cortes nas políticas de combate à pobreza, alinhando-se a uma lógica de contenção fiscal, ampliação da privatização e desmonte das empresas estatais. Tais medidas demonstram a intensificação do projeto neoliberal no país, com ênfase na lógica do lucro em detrimento da justiça social e ambiental.

Nesse cenário, foi também implementada a contrarreforma trabalhista por meio da Lei nº 13.467/2017. A norma instituiu a flexibilização das relações de trabalho, autorizando acordos individuais de jornada de 12x36 horas, longas cargas horárias, teletrabalho sem controle de jornada e a prevalência do negociado sobre o legislado. Além disso, tornou facultativa a contribuição sindical.

Ou seja, combinava-se uma restauração neoliberal com o neoconservadorismo que espalhava-se sobre os grupos subalternos.

4. Eclode o ovo da serpente: a bolsonarização do Brasil

O cenário político, econômico e social do Brasil sofreu transformações significativas após o Golpe de 2016, especialmente com a ascensão de Michel Temer à presidência. Em 2018, ano eleitoral, a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva inviabilizou sua candidatura à presidência da República, o que levou o Partido dos Trabalhadores (PT) a lançar o ex-prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, como candidato⁴.

Para compreender as especificidades das eleições de 2018, é imprescindível situá-las em um contexto global, em que a ascensão de candidatos de extrema direita se consolidou por meio da instrumentalização de sentimento de frustração, desesperança e descrença generalizada. Esses sentimentos foram utilizados como combustível para discursos de renovação política, caracterizados por uma retórica antissistêmica.

No Brasil, essa dinâmica também se manifestou. O PT passou a ser percebido como incapaz de apresentar soluções efetivas para a crise, o que abriu espaço para a candidatura de Jair Messias Bolsonaro, que soube capturar o descontentamento popular com a política tradicional e convertê-lo em capital eleitoral (Solano, 2019). A insatisfação com os serviços públicos e a descrença nas instituições representativas intensificaram uma rejeição generalizada à política, especialmente ao PT, frequentemente acusado de governar apenas para os mais pobres. Nesse ambiente, proliferaram discursos meritocráticos, individualistas e anticomunistas.

Conforme afirma Solano (2019, p. 265), "a simbiose entre petismo, esquerdismo e comunismo estava sendo construída", reforçando uma narrativa de oposição total à esquerda e à política institucionalizada. Desde as manifestações de 2015, foram evidenciados elementos de rejeição ao sistema político, à corrupção e à ordem democrática, culminando na idealização de um novo líder, visto como honesto, firme e capaz de restaurar a moralidade na política – uma espécie de figura messiânica.

Nesse cenário, desponta Jair Bolsonaro, oriundo da Academia Militar das Agulhas Negras, onde atuou como paraquedista e capitão. Sua trajetória inclui episódios de indisciplina e a elaboração de um plano de atentados a quartéis, o que resultou em sua aposentadoria compulsória aos 33 anos. Posteriormente, exerceu os cargos de vereador no Rio de Janeiro e deputado federal por sete mandatos consecutivos. Ao longo de sua

⁴ Essa prisão impediu a participação de Lula nas eleições de 2018, apesar de sua liderança nas pesquisas. de acordo com o DataFolha (2018), Lula possuía 39% das intenções de voto, seguido por Jair Bolsonaro com 19%, enquanto os demais candidatos não alcançavam 10% (Silva, 2021).

carreira parlamentar, manteve uma atuação isolada, voltada principalmente à defesa dos interesses militares e do setor armamentista.

Bolsonaro ganhou notoriedade por seus discursos misóginos, homofóbicos, antidemocráticos e ofensivos às minorias sociais. Defendia o retorno da ditadura militar, exaltava figuras como o coronel Ustra, notório torturador do regime, e manifestava apoio à pena de morte e à redução da maioria penal (Anderson, 2020). Progressivamente, estreitou vínculos com lideranças evangélicas, consolidando uma base de apoio entre fiéis e igrejas neopentecostais.

Para compor sua chapa presidencial, Bolsonaro escolheu como vice o general Hamilton Mourão, defensor de intervenções militares, consolidando o apoio das Forças Armadas. No campo econômico, nomeou Paulo Guedes, economista formado na Escola de Chicago e adepto do ideário neoliberal, com propostas centradas na privatização de empresas estatais e na desregulamentação da economia.

Com essas alianças estratégicas, Bolsonaro se apresentou como o candidato “antissistema”, prometendo combater a corrupção e restaurar valores morais conservadores. Seu discurso baseava-se em pilares como “Deus, Pátria e Família” e difundia a ameaça de um suposto avanço comunista promovido pelo PT. Tal retórica foi marcada pela criminalização da esquerda, ataques aos direitos sociais e às minorias, além de uma forte sustentação em argumentos religiosos de cunho fanático.

A ascensão de Bolsonaro trouxe consigo um novo fenômeno na política brasileira:

Chamamos de bolsonarismo a um tipo de comportamento político surgido nos últimos anos, ao qual se vinculam pessoas ou grupos de pessoas que se organizam ou apenas se mobilizam em torno de ideias como antipetismo e o anticomunismo, o vitimismo e o pânico moral, a mobilização política e o culto da violência, o neoliberalismo e o ataque aos direitos dos trabalhadores e a tudo o que se relaciona ao Estado de bem estar social oriundo de políticas públicas e de inclusão praticadas pontualmente desde a Constituição de 1988. O bolsonarismo repete, no Brasil, o que aconteceu ou acontece em outras épocas e em outros países, onde uma crise aguda e aparentemente incontornável, sugeriu saídas que abriram as portas para a ascensão de líderes carismáticos que trouxeram propostas de soluções fáceis para todos os problemas da economia, da política e da sociedade (Sena Júnior, 2019, p. 5).

A candidatura de Jair Bolsonaro foi amplamente impulsionada por campanhas virtuais, com disseminação massiva de notícias falsas (*fake news*) via *WhatsApp*, apoio de setores da mídia e do sistema Judiciário, e alicerçada em um discurso religioso de viés neopentecostal, frequentemente associado a manifestações discriminatórias contra mulheres, pessoas LGBTQIAPN+ e outros grupos sociais (Deo, 2019). A publicidade

eleitoral do candidato articulava teorias conspiratórias que relacionavam o ex-presidente Lula e o PT ao Foro de São Paulo, utilizando recursos audiovisuais para reforçar a ideia de um alinhamento ideológico com o comunismo. Essa narrativa conectava o partido à Venezuela e a outros países bolivarianos, alimentando o temor de uma suposta “ameaça vermelha” prestes a se instalar no Brasil.

Simultaneamente, nas redes sociais e em veículos de comunicação favoráveis ao bolsonarismo, consolidou-se um discurso conservador e meritocrático que desqualificava os opositores com jargões como “vagabundos” ou “defensores de bandidos”, entre outras expressões de cunho depreciativo. Segundo Solano (2019), Bolsonaro e seus apoiadores também sustentavam que professores de universidades públicas estariam doutrinando estudantes e transformando salas de aula em palanques ideológicos. Assim, defendiam o projeto “Escola Sem Partido”, cujo objetivo era despolitizar a educação e inviabilizar o desenvolvimento do pensamento crítico entre os estudantes.

O ataque ao campo acadêmico e progressista foi sistemático. Temas como sexualidade, gênero, feminismos, movimento negro e direitos LGBTQIAPN+ passaram a ser alvos de críticas, sob a justificativa de defesa de valores morais e familiares. Esse discurso buscava desacreditar a ciência e a produção de conhecimento, ao mesmo tempo em que reforçava a exaltação de um modelo de família tradicional, heteronormativo, patriarcal e branco.

A figura de Bolsonaro foi construída como a de um salvador da pátria, defensor da moral, dos bons costumes e da superação da corrupção. Apesar de apresentar propostas vagas e pouco estruturadas, sua campanha conseguiu mobilizar o eleitorado por meio de apelos emocionais, evocando sentimentos de raiva, ressentimento e angústia.

Sua base de apoio foi majoritariamente composta pelas classes dominantes: grandes empresários, setores médios com alta renda, empresários de pequeno e médio porte, servidores dos aparatos estatais – especialmente do sistema judiciário, das Forças Armadas e das polícias –, além do oligopólio midiático, partidos de centro-direita, lideranças de igrejas evangélicas e até mesmo setores da inteligência de governos estrangeiros, como os Estados Unidos e Israel (Pomar, 2019).

Nesse sentido, Reis (2019) destaca que o núcleo do bolsonarismo era formado por corporações militares – particularmente o Exército, as polícias militares e milícias emergentes – e segmentos fundamentalistas do meio evangélico. As alianças com o empresariado e o capital financeiro, por sua vez, se estabeleceram por meio de relações voláteis e acordos instáveis, pautados por interesses conjunturais.

Durante o período eleitoral, estavam previstos sete debates nas principais emissoras de televisão, iniciados em agosto de 2018. Tais eventos começaram a evidenciar a fragilidade argumentativa e o despreparo do candidato, conforme aponta Anderson (2020, p. 114): “quanto mais exposto, mais precário se revelava”. No entanto, em 6 de setembro daquele ano, Bolsonaro sofreu um atentado durante ato de campanha em Juiz de Fora, Minas Gerais, sendo atingido por uma facada que exigiu internação hospitalar e cirurgia de emergência. A partir de então, manteve-se afastado dos eventos presenciais, e sua campanha passou a ser conduzida prioritariamente pelas redes sociais (Deo, 2019).

Esse episódio alterou significativamente o cenário eleitoral. Após o atentado, Bolsonaro passou a apresentar crescimento expressivo nas pesquisas e consolidou-se como o principal adversário do candidato do PT no segundo turno. Enquanto isso, Fernando Haddad percorria o país em busca de apoio, mas sua campanha não conseguiu reverter a rejeição popular acumulada pelo partido. No segundo turno, Jair Bolsonaro foi eleito presidente da República. Além da vitória presidencial, o PSL – legenda pela qual concorreu – obteve expressivo crescimento no Congresso Nacional, elegendo deputados, senadores e governadores, consolidando-se como força política relevante naquele pleito.

Diante do exposto, para Deo (2019), a vitória de Jair Bolsonaro pode ser compreendida como uma resposta ao contexto em que o Brasil se encontrava. Nesse cenário, o candidato foi apresentado à burguesia como uma oportunidade para aprofundar as políticas de austeridade, intensificar o projeto neoliberal, expropriar o fundo público e intensificar a espoliação da classe trabalhadora. Em outras palavras, sua candidatura representava a continuidade e o agravamento das contrarreformas iniciadas no governo Temer, voltadas exclusivamente à salvaguarda dos interesses da própria burguesia.

Bolsonaro soube apropriar-se de discursos e reivindicações sociais, adaptando-os à sua narrativa, ao passo que se projetava como uma figura messiânica capaz de redimir a sociedade em suas dimensões econômica, política, social e cultural. Apresentava-se, assim, como restaurador de uma suposta ordem moral idealizada, capaz de conduzir o país à superação de suas mazelas.

5. A natureza neoconservadora do governo Bolsonaro

Conforme anteriormente analisado, após as manifestações de 2013 — especialmente a partir de 2014 — intensificaram-se os discursos neoconservadores

promovidos pela direita e pela extrema-direita no Brasil. Esse cenário se agravou com a candidatura de Jair Messias Bolsonaro em 2018.

Nesse contexto, é possível identificar diversos elementos que caracterizam o governo Bolsonaro como neoconservador: a exaltação de valores morais; a presença de um fundamentalismo religioso, a defesa de um modelo familiar patriarcal e rígido quanto aos papéis de gênero, a militarização dos espaços públicos e discursos marcados por preconceitos estruturais, como racismo, xenofobia e autoritarismo, além de um nacionalismo exacerbado que fomentou um sentimento de patriotismo entre parcelas significativas da população.

Desde sua atuação como deputado, Bolsonaro já se destacava por pautas de cunho moralista. Em 2016, publicou em seu site oficial um texto sobre o programa Escola Sem Homofobia — erroneamente apelidado de “kit gay” —, uma iniciativa do Ministério da Educação que visava distribuir materiais informativos sobre gênero e sexualidade em escolas públicas. O programa foi vetado em 2011, em decorrência da pressão de grupos conservadores. Contudo ele reinterpretou a proposta como um ataque aos valores tradicionais, à família, à honra e à inocência das crianças, apresentando-a como parte de uma agenda destrutiva da esquerda e do Partido dos Trabalhadores.

Ainda durante a votação do *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff, Bolsonaro (2016) declarou voto favorável “[...] pela família e a inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo! Pela nossa liberdade! Contra o Foro de São Paulo! Pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff [...], o meu voto é sim”. Nesse sentido, Lima e Lima (2020) argumentam que Bolsonaro apropriou-se de uma pauta moral e religiosa baseada em valores ditos cristãos, promovendo uma visão de mundo centrada na disciplina, na autoridade e nos “bons costumes”. Essa perspectiva é utilizada como instrumento de oposição a direitos das mulheres e da população LGBTQIAPN+, que, segundo o próprio discurso do então candidato, necessitariam de “tratamento” por desviar-se da norma cisheteronormativa.

A campanha eleitoral de 2018 foi marcada por violências simbólicas e perseguições dirigidas a minorias sociais. O candidato nunca escondeu seu preconceito, recorrendo a falas discriminatórias embasadas em suas crenças pessoais e na concepção tradicional de família, gênero e sexualidade. Tais temas, especialmente sensíveis a setores religiosos — em particular ao movimento pentecostal —, foram tratados como ameaças à estrutura familiar e aos valores morais (Martins, 2022).

Logo após a confirmação de sua vitória em 2018, Bolsonaro dirigiu-se à população ao lado de aliados políticos, de sua esposa e de membros de sua equipe. Antes de iniciar seu pronunciamento, cedeu a palavra ao senador Magno Malta — pastor e cantor gospel —, que conduziu uma oração nos moldes das igrejas evangélicas neopentecostais, transmitida em rede nacional. Na ocasião, o presidente eleito proclamou seu bordão: “O Brasil acima de tudo e Deus acima de todos” (Almeida, 2019).

Essa ação evidenciou uma afronta à laicidade do Estado e revelou traços de fundamentalismo religioso, o qual, segundo Vieira (2018), representa uma ameaça à democracia, aos direitos humanos, ao Estado laico e à diversidade. O fundamentalismo religioso se expressa também por meio da presença significativa de parlamentares evangélicos no Congresso Nacional. De acordo com Damé (2018), nas eleições de 2018 foram eleitos 84 deputados que se autodeclaravam evangélicos, ampliando o poder de articulação entre representantes políticos, instituições religiosas e a grande mídia. Tal conjuntura tem imposto obstáculos à consolidação e à ampliação de direitos humanos.

Os avanços civilizatórios conquistados por movimentos sociais, têm sido sistematicamente contestados com base em argumentos religiosos ancorados em interpretações literais da Bíblia. O fundamentalismo religioso opera, nesse cenário, por meio da imposição de culpas e medos, com rigidez moral e comportamental, utilizando-se de doutrinas que reforçam normas e padrões excludentes. No entanto, como observa Vieira (2018), é necessário considerar que a Bíblia foi escrita em diferentes contextos históricos e culturais, distantes da realidade contemporânea, o que exige uma leitura crítica e contextualizada.

Dessa forma, a reinterpretção fundamentalista do livro tem servido de base para legitimar intolerâncias e opressões dirigidas a grupos historicamente marginalizados, sob o pretexto de resgatar e reafirmar valores morais que se contrapõem às conquistas sociais e políticas desses grupos. Trata-se, portanto, de uma instrumentalização religiosa voltada à manutenção de estruturas hierárquicas de poder e dominação.

Além disso, é fundamental compreender o sistema patriarcal como modelo ideológico sustentado por Jair Bolsonaro, uma vez que este promove uma hierarquia de gênero em que a figura masculina heteronormativa é concebida como superior à feminina. Trata-se de um modelo no qual as mulheres devem ocupar posições subordinadas, restritas a determinadas esferas, como o cuidado da casa, da família, dos filhos e do marido. Caso ultrapassem esse padrão socialmente imposto, espera-se que se submetam à autoridade masculina (Alonso, 2019).

Uma figura emblemática no governo Bolsonaro que expressava tais comportamentos foi a pastora Damares Alves, então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. Contrária à desconstrução do modelo tradicional de família, aos movimentos feministas e LGBTQIAPN+, bem como à chamada "ideologia de gênero", ela afirmava ter nascido para ser mãe e manifestava concordância com a subordinação da mulher à figura masculina. Seu discurso, centrado em valores como filantropia, família, igreja e escola, alinha-se a uma perspectiva neoconservadora e patriarcal. Tal posicionamento revela-se contraditório, considerando que o ministério por ela liderado tem como missão institucional a promoção e a efetivação dos Direitos Humanos.

Bolsonaro e Damares contribuíram para a perpetuação de preconceitos já enraizados na estrutura da sociedade brasileira. Um exemplo emblemático é a declaração da ministra ao afirmar que meninas da Ilha de Marajó seriam mais estupradas por não utilizarem roupas íntimas⁵, responsabilizando, assim, as próprias vítimas pelas violências sofridas. Soma-se a esse episódio a atuação nos bastidores para tentar impedir a realização de um aborto legal em uma menina de dez anos, vítima de estupro, ocasião em que informações sigilosas foram vazadas como estratégia para inviabilizar o procedimento⁶. Outro posicionamento polêmico da ministra refere-se ao tratamento de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs), ao declarar que o governo não deveria ser responsável pela assistência, uma vez que, segundo ela, as pessoas deveriam arcar com as consequências de suas próprias ações⁷.

Esses pronunciamentos exemplificam ataques às pautas identitárias, promovendo a deslegitimação de temas progressistas vinculados às lutas sociais e aos direitos da classe trabalhadora (Borges; Matos, 2020).

Outro aspecto visado pelo neoconservadorismo é o enfraquecimento dos espaços educacionais críticos. Em 2020, o então presidente intensificou os ataques ao campo acadêmico⁸ por meio de perseguições ideológicas às universidades públicas, cortes

⁵ Segundo a CartaCapital (2019), Damares justificou o abuso de meninas da Ilha de Marajó devido a ausência de roupas íntimas. Ver em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/damares-justifica-abuso-de-meninas-por-falta-de-calcinhas/>>. Acesso em: 10 de abril de 2025

⁶ Ver em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2020/09/ministra-damores-alves-agiu-para-impedir-aborto-de-crianca-de-10-anos.shtml>>. Acesso em: 10 de abril de 2025

⁷ Bolsonaro e Damares consideram pessoas com ISTs uma despesa para o Brasil, neste sentido incentivam a abstinência sexual. Ver em: <<https://exame.com/brasil/pessoa-com-hiv-e-despesa-para-todos-no-brasil-diz-bolsonaro/>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

⁸ Bolsonaro no decorrer de seu governo implementa uma política de cortes em verbas direcionadas a Capes e ao CNPq, o corte equivale a cerca de 87% da verba que se destinava para a ciência e tecnologia. Além disso, se nega a posicionar sobre a Lei de Cotas, pois a considera um equívoco. Ver em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2021/10/4954322-governo-bolsonaro-corta-87->

orçamentários, suspensão de programas de fomento à pesquisa e tentativas de desarticulação de políticas de cotas e permanência estudantil. Em termos amplos, Bolsonaro buscou o sucateamento das universidades públicas com vistas à sua privatização.

Esse processo de desmonte também se estende ao tripé da seguridade social — Saúde, Previdência e Assistência Social. Sob o argumento de que os serviços públicos e as políticas de redistribuição de renda, como o Programa Bolsa Família e o sistema de cotas, seriam injustos e desestimulantes, o discurso oficial retoma a lógica liberal segundo a qual tais políticas promoveriam a acomodação da população atendida, tornando-a “preguiçosa” e dependente do Estado.

A tentativa de desmonte do Sistema Único de Saúde (SUS) também se apresentou como um dos instrumentos utilizados pelo capital. As medidas adotadas buscaram dificultar o acesso a serviços especializados e reduzir investimentos — o que implicou na diminuição de leitos, profissionais, medicamentos, equipamentos e na precarização da estrutura física das unidades de saúde. Em contrapartida, o setor privado expandiu-se com o fortalecimento dos planos de saúde e hospitais particulares. Os cortes nos gastos públicos, portanto, operam como mecanismo de transferência direta ou indireta de recursos para a iniciativa privada, promovendo a superioridade dos serviços privados em detrimento dos serviços públicos e gratuitos (Cislaghi, 2016).

Neste contexto, eclodiu a pandemia da COVID-19, com índices alarmantes de mortes diárias. Em outubro de 2021, segundo Lucas Sampaio (2021), correspondente do portal de notícias G1, o Brasil tornou-se o segundo país a ultrapassar a marca de 600 mil mortes causadas pela doença, ficando atrás apenas dos Estados Unidos. Durante esse período, tornou-se comum que o presidente Bolsonaro propagasse discursos contrários às recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS), descreditando o conhecimento científico. O governo disseminou diversas *fake News* sobre a pandemia e sobre medicamentos sem comprovação científica, evidenciando uma postura orientada pelo lucro e pela lógica da mais-valia, em detrimento da preservação da vida⁹.

da-verba-para-ciencia-e-tecnologia.html>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

Ver em: <<https://www.redebrasilatual.com.br/politica/enquanto-lula-assegura-lei-de-cotas-bolsonaro-nem-menciona-o-tema-em-plano-de-governo/>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

⁹ Bolsonaro durante a pronunciamento em rede nacional, discursa sobre a autonomia de governadores e prefeitos acerca das medidas de isolamento social orientadas pela OMS, uma vez que ficar em casa elevaria índices de desemprego, assim o país teria dois problemas a serem resolvidos: "o vírus e o desemprego". Além disso, incentiva o uso de hidroxiquina como tratamento precoce para a Covid-19, mas a medicação não possui comprovação de eficácia para o vírus. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/04/08/bolsonaro-pede-volta-ao-trabalho-observadas-as->

Outra dimensão da onda neoconservadora manifesta-se nas políticas de cunho repressivo e punitivista adotadas pelo governo, materializadas no fortalecimento dos aparelhos de segurança do Estado. Observa-se o avanço de discursos que defendem a redução da maioria penal, a flexibilização e legalização do porte de armas, bem como o endurecimento das políticas de encarceramento (Almeida, 2019).

O argumento utilizado para defender a redução da maioria penal fundamenta-se na premissa de que as medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) seriam brandas, incentivando a impunidade e tornando adolescentes menores de 18 anos mais propensos à prática de crimes. No entanto, Cislaghi e Saraiva (2016) consideram tal argumento infundado, uma vez que o mesmo grupo social que defende a redução da maioria penal também sustenta a legalização e ampliação do porte de armas de fogo. A proposta de alteração da legislação, nesse contexto, busca reduzir a criminalidade por meio do encarceramento de adolescentes, reforçando uma lógica punitivista.

Importa destacar que o neoconservadorismo não se originou no governo Bolsonaro, pois já estava presente de forma latente na sociedade brasileira. Contudo, a estratégia adotada por seu governo consistiu em articular forças reacionárias, correntes fundamentalistas e setores da burguesia rentista, promovendo a disseminação de discursos baseados no preconceito, no medo e no ódio, mobilizando simbolicamente a população em torno de pautas excludentes e autoritárias.

O neoconservadorismo, presente na sociedade brasileira, encontrou terreno fértil para se expandir com a eleição de Jair Bolsonaro à presidência da República. A partir de então, intensificaram-se os processos sociais marcados pela desigualdade, afetando especialmente a classe trabalhadora, uma vez que, por meio desse movimento, a burguesia passou a disseminar seus valores nas periferias urbanas.

Como consequência, observa-se o avanço de culturas violentas: o machismo é reforçado, o racismo se intensifica nas periferias, a intolerância religiosa torna-se recorrente, a misoginia naturaliza-se nos espaços sociais, cresce a difusão de uma lógica meritocrática excludente e discursos homofóbicos, autoritários e elitistas passam a se manifestar com frequência em diversos setores da sociedade. Em síntese, presencia-se “as

normas-do-ministerio-da-saude-e-diz-que-medidas-de-isolamento-sao-responsabilidade-exclusiva-dos-governadores.ghtml>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-53303287>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2021/08/charlatanismo-e-propaganda-irregular-as-violacoes-de-bolsonaro-ao-exibir-18-vezes-marca-de-cloroquina-para-covid/>>. Acesso em: 10 de abril de 2025.

manifestações mais abjetas de uma visão de mundo hierárquica e preconceituosa que expressa as profundas clivagens sociais existentes em nossa sociedade” (Bianchi, 2016. p. 122).

No campo educacional, o movimento Escola Sem Partido e os debates em torno da chamada “ideologia de gênero” buscam eliminar do ambiente escolar políticas consideradas ideológicas, sob o argumento de que há uma suposta contaminação dos discursos pedagógicos. Essa tentativa de silenciamento das múltiplas manifestações da sociedade civil privilegia valores tradicionais que não dialogam com a complexidade e a pluralidade do mundo contemporâneo (Lima; Lima, 2020).

Tais consequências configuram expressões de uma decadência ideológica. Conforme Lukács (1981), o capital, diante de sua crise, recorre a artifícios que visam à perpetuação de seus interesses, promovendo medidas irracionalistas e anticientíficas. Para isso, mobiliza os instintos mais primitivos da condição humana, incitando atitudes animalescas e moralmente decadentes.

Dessa forma, o neoconservadorismo atua como sustentação ideológica da resposta neoliberal à crise estrutural do capital, ao capturar a consciência da classe trabalhadora mediante a exaltação de valores morais conservadores, legitimando uma concepção de Estado e de sociedade que favorece os interesses do capital.

6. Considerações finais:

A partir da análise histórica empreendida, nota-se que o fenômeno da bolsonarização constitui uma manifestação do neoconservadorismo no Brasil, que emerge em um contexto de crise e de intensa disputa ideológica. Conforme demonstrado, esse processo responde a determinações históricas e econômicas, sendo alimentado por uma articulação entre fundamentalismo religioso, militarismo, autoritarismo político e neoliberalismo, resultando um cenário de profundo retrocesso.

Conforme apontam autores como Escorsim Netto (2011), Barroco (2015) e Almeida (2018), o pensamento conservador é enraizado em estruturas de dominação da sociedade burguesa, mantendo-se como uma ideologia reacionária que visa preservar a ordem. Essa ideologia se reatualiza no neoconservadorismo que combinando tradições arcaicas respondendo de forma regressiva as conquistas sociais advindas da modernidade.

A partir da década de 1970, conforme Moll (2010), o neoconservadorismo potencializa a ofensiva neoliberal e, no Brasil, tem seu terreno fértil a partir das

manifestações de 2013, que abriram caminho para a ascensão da nova direita e para deslegitimação de pautas progressistas.

Nesse cenário, a marginalização da política, a espetacularização midiática da Operação Lava Jato e o impeachment de Dilma Rousseff em 2016 foram primordiais para o avanço de um projeto político que se baseou na negação da democracia e na exaltação de valores conservadores.

A análise da conjuntura evidencia que o governo Bolsonaro aprofundou a lógica neoliberal que iniciou com o governo de Temer, em nome do combate à corrupção e restauração da moral. Como apontado por Lukács (1981), trata-se de uma ideologia superficial que resulta em uma “decadência ideológica” que descredibiliza categorias emancipadoras — como o humanismo, o historicismo e a razão dialética — para promover um irracionalismo conveniente aos interesses da burguesia.

Nesse cenário, o Estado é desfigurado em sua função social, sendo reconfigurado como instrumento de repressão e de salvaguarda do capital. Portanto, o bolsonarismo não é apenas um fenômeno eleitoral, mas sim uma manifestação conjuntural de longa duração, que articula a decadência ideológica da burguesia a uma ofensiva contra os direitos sociais, a democracia e a razão crítica. A aliança entre autoritarismo, neoliberalismo e fundamentalismo representa, como aponta Lukács (1981) representa a promoção de um projeto de dominação baseado no medo, no ódio, na desinformação e na violência simbólica e material.

Referencias bibliográficas:

ALMEIDA, Silvio. Neoconservadorismo e liberalismo. *In: SOLANO, Esther. (Org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil.* 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1, p. 27-32.

ALONSO, Ângela. A comunidade moral bolsonarista. *In: Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje.* 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 43-58.

ANDERSON, Perry. **Brasil à parte: 1964-2019.** Trad.: Alexandre Barbosa de Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANDERSON, Perry. O Brasil de Lula. **Novos Estudos Cebrap**, 91, novembro 2011, p. 23-52. Disponível em: <
<https://www.scielo.br/j/nec/a/mVMCd9J76GBrwtWpCV8zCvM/?format=pdf&lang=pt>
>. Acesso em: 21 de jan. 2025.

BARROCO, MARIA LUCIA. Barbárie e neoconservadorismo: os desafios do projeto ético-político. **Serviço Social & Sociedade**, v. 106, p. 205-218, 2011. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/rTywnLhQhmCyXCtYCSQWN9n/abstract/?lang=pt>>. Acesso em: 15 de fev. 2025.

BARROCO, MARIA LUCIA. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serviço Social & Sociedade**, v. 124, p. 623-636, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/Bfwfs35RRvrQbKwTX9DhnNc/?format=pdf>>. Acesso em: 11 de nov. 2024.

BIANCHI, Alvaro. A guerra que estamos perdendo. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 121-125.

BORGES, Maria; MATOS, Maurílio. As duas faces da mesma moeda: ultraneoliberalismo e ultraneoliberalismo no Brasil na atualidade. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio; Freire, Silene. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, v. 1, p. 71-88.

CISLAGHI, Juliana. A agenda conservadora para a saúde no Brasil. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 199-210.

CISLAGHI, Juliana; SARAIVA, Hildebrando. Redução da maioria penal no Brasil: a quem interessa o encarceramento de nossa juventude?. In: DEMIER, Felipe; HOEVELER, Rejane. (Org.). **A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016, v. 1, p. 147-158.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO. **2016: o Brasil esfacelado pelo golpe**. Brasília: CNTE, 2017. Disponível em: <http://www.cnte.org.br/images/stories/publicacoes/2016_brasil_esfacelado_pelo_golpe.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2025.

COUTINHO, Carlos Nelson. **O Estruturalismo e a Miséria da Razão**. São Paulo: Expresso Popular, 2010.

DAMÉ, Luiza. Em crescimento, bancada evangélica terá 91 parlamentares no Congresso. **Agência Brasil**, 2018. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2018-10/em-crescimento-bancada-evangelica-tera-91-parlamentares-no-congresso>>. Acesso em: 01 de fev. 2025.

DEO, Anderson. Sobre Golpes de Estado e Saúvas. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Anderson-Deo-Sobre-Golpes-de-Estado-e-Sa%C3%BAvas.pdf>>. Acesso em: 09 de fev. 2025.

ESCORSIM NETTO, Leila. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica**. São Paulo: Cortez, 2011.

GUERRA, Alexandre; OLIVEIRA, Ana Luiza; MELLO, Guilherme; ROCHA, Igor; JAKOBSEN, Kjeld; VITAGLIANO, Luis Fernando; TOLEDO, Matheus; RIBEIRO, Pedro; SILVA, Ronnie; SILVA, Rose; BOKANY, Vilma; NOZAKI, Willian. **Brasil 2016: recessão e golpe**. 1ª ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2017.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social: Ensaios críticos**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 200

LIMA, Elizabeth; LIMA, Isabelly. O neoconservadorismo religioso e heteronormatividade: a 'bolsonarização' como produção de sentido e mobilização de afetos. **Revista Cadernos de Campo**, v. 1, p. 325-350, 2020. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/cadernos/article/view/13273>> . Acesso em: 15 de jan. 2025.

LUKÁCS, Gyorgy. **Sociologia**. Organizador: José Paulo Netto. Tradução: José Paulo Netto e Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ática, 1981.

MARTINS, Erikssonara. **O avanço do neoconservadorismo e a extrema-direita no Brasil: uma análise a partir da Campanha Eleitoral de 2018 ao Governo Bolsonaro**. 2022. 62f. Monografia (Graduação em Serviço Social) - Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2022.

MESSEMBERG, Débora. A direita que saiu do armário: a cosmovisão dos formadores de opinião dos manifestantes de direita brasileiros. In: SOLANO, Ester; ROCHA, Camila. (Org.). **As Direitas nas Redes e nas Ruas: a crise política no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 21-48.

MOLL, Roberto. **Reaganetion: a nação e o nacionalismo (neo)conservador nos Estados Unidos (1981-1988)**. 2010. 265 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.

PINTO, Celi. A trajetória discursiva das Manifestações de Rua no Brasil (2013-2015). In: SOLANO, Ester; ROCHA, Camila. (Org.). **As Direitas nas Redes e nas Ruas: a crise política no Brasil**. 1ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019. p. 21-48.

PINTO, Eduardo Costa. Dilma: de “coração valente” à “presidenta acuada”. In: PINTO, Eduardo; FIGUEIRAS, Luiz; GONÇALVES, Reinaldo. **Governo Dilma, PT, esquerda e impeachment: Três interpretações da conjuntura econômica e política**. UFRJ, Instituto de Economia. Texto para Discussão 015. set. 2015. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_015_2015_PINTO_FILGUEIRAS_GONALVES.pdf>. Acesso em: 07 de dez de 2024.

POMAR, Wladimir, Significado e natureza do governo Bolsonaro e perspectivas de esquerda. **Marxismo 21**, 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Wladimir-Pomar-Significado-e-natureza-do-governo-Bolsonaro-2.pdf>>. Acesso em 15 de març. 2025.

REIS, Aparecido. Da bio à necropolítica: a política de saúde, narrativas e ações do neoliberalismo do governo Bolsonaro e seus impactos junto aos idosos na pandemia de Covid-19. **Revista Katalysis**, v. 25, p. 392-403, 2022. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rk/a/mbBrcJHZHKn565f473mqCLS/>>. Acesso em: 2 de abr. 2025.

ROUSSEFF faz declaração à imprensa após ser afastada pelo Senado. **TV BrasilGov**, Brasília, 12 mai. 2016. 1 vídeo (31 min. 12 seg.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pKHkWw279cE&ab_channel=CanalGov> . Acesso em: 01 de abril de 2025.

SENA JUNIOR, Carlos. Significado e natureza do governo Bolsonaro e perspectivas da esquerda. **marxismo 21**. 2019. Disponível em: <<https://marxismo21.org/wp-content/uploads/2019/12/Carlos-Zacarias-de-Sena-J%C3%BAnior-Significado-e-natureza-do-governo-Bolsonaro-.pdf>>. Acesso em: 09 de dez de 2024.

SIERRA, Vania; VELOSO, Renato; ZACARIAS, Ellen. Neoconservadorismo, Estado e vigilância. In: BRAVO, Maria Inês; MATOS, Maurílio; Freire, Silene. (Org.). **Políticas sociais e ultraneoliberalismo**. 1ª ed. Uberlândia: Navegando Publicações, 2020, p. 53-70.

SILVA, Mayra; RODRIGUES, Theófilo. O Populismo de Direita no Brasil: Neoliberalismo e Autoritarismo no Governo Bolsonaro. **Mediações revista de ciências sociais**, v. 26, p. 86-107, 2021. Disponível em: <<https://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/42098>>. Acesso em: 25 de mar. 2025.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas: O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). **Novos Estudos**, n. 102, p. 43-71, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/nec/a/sWvZ7c6KRLYHT5jrh6FZSfG/?lang=pt>>. Acesso em: 12 de jan de 2025.

SINGER, André. **O lulismo em crise: um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SOLANO, Esther. A bolsonarização do Brasil. In: **Democracia em risco?: 22 ensaios sobre o Brasil hoje**. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. p. 261-273.

VALLE, André Flores Penha. **Divisão e reunificação do capital financeiro: do impeachment ao governo Temer**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Unicamp, Campinas, 2019.

VASILENSKAS, Alexandre. O Ovo da Serpente Nacional. **Sinal de Menos**, v. 10, p. 232-234, 2014.

VIEIRA, Henrique. Fundamentalismo e extremismo não esgotam experiência do sagrado nas religiões. In: SOLANO, Esther. (Org.). **O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil**. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2018, v. 1. p. 94-100.